

...SBS, Fernando Cabrita, Demétrio Magnoli (paralelo), Miguel de Almeida (paralelo), José Carlos de Almeida (paralelo), Henrique (paralelo), Paulo (paralelo), ...  
 ...SBS, Fernando Cabrita, Demétrio Magnoli (paralelo), Miguel de Almeida (paralelo), José Carlos de Almeida (paralelo), Henrique (paralelo), Paulo (paralelo), ...  
 ...SBS, Fernando Cabrita, Demétrio Magnoli (paralelo), Miguel de Almeida (paralelo), José Carlos de Almeida (paralelo), Henrique (paralelo), Paulo (paralelo), ...

## DEMÉTRIO MAGNOLI



### Três objetos decorativos

Lula bateu Bolsonaro por margem mínima. O triunfo deve-se à aliança com o centro democrático firmada no início da corrida eleitoral (Geraldo Alckmin) e depois do primeiro turno (Simone Tebet e Marina Silva). As três lideranças ingressaram no governo carregando as expectativas do eleitorado que decidiu a disputa. O tempo mostrou, contudo, que elas não passam de objetos decorativos.

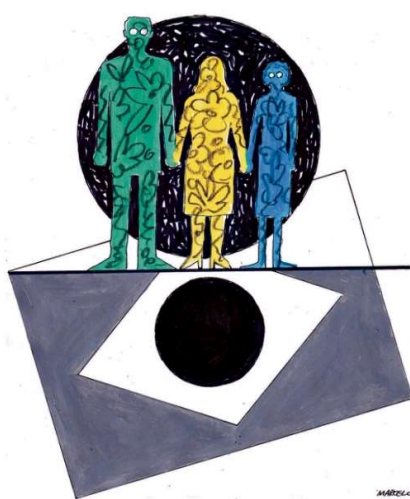
Marina figura como outdoor da vertente ambiental da política externa lulista. Seu ministério só consegue realizar um programa mínimo, expresso na redução do desflorestamento na Amazônia. Adaptação às mudanças climáticas? Transição energética? No primeiro item, a ministra oferece apenas diagnósticos acadêmicos. No segundo, um equívoco conceitual paralisa.

Atragalhado no Rio Grande do Sul evidencia a urgência de reformar radicalmente nossos padrões de urbanização e ocupação do solo. Inexiste plano nacional nessa direção. Pior: o orçamento federal, engessado pela despesa obrigatória, não cabem nem mesmo os recursos básicos de prevenção de desastres e reconstrução de infraestruturas.

O Brasil oficial exibe-se lá fora como "vanguarda da transição energética". Fake news: o plano de transição do governo concentra investimentos nos combustíveis fósseis. Marina aposta suas fichas, exclusivamente, na expansão da geração solar e eólica. Fontes intermitentes, ignorando o imperativo de incorporação da fonte nuclear. Abraçada ao tabu ideológico dos verdes, assiste à carbonização crescente da matriz energética brasileira.

Tebet anunciou seu apoio a Lula enfatizando que divergia do núcleo de ideias econômicas petistas, mas aceitou aninhar-se na gaiola dourada do Planejamento. Nos meses iniciais, agradeceu, peregrinou a Cansosa, adicionando sua voz à campanha petista contra um Banco Central que cumpria a missão legal de limitar a inflação ao teto da meta. Depois, engajou-se na elaboração conceitual de um quebra-cabeça das despesas compulsórias —ateuou uma sonora repensão lulista.

A ministra nutria pretensões modestas. Não ousava sugerir uma revisão dos inde-



xadores da educação e saúde, contestar a explosão dos gastos em emendas parlamentares ou colocar um freio nas rendas nababescas do alto funcionalismo. Quer, apenas, em nome de alguma sustentabilidade fiscal, descolar as despesas previdenciárias da trajetória de forte expansão do salário mínimo. Seu plano não era contracionista, prevendo crescimento real de 1% ao ano dos benefícios previdenciários. Mesmo assim, Haddad cortou-lhe as asas antes do voo:

— Não vejo espaço nessa seara para discussão.  
 Qual é, exatamente, a "seara" de uma titular do Planejamento proibida de se imiscuir no planejamento orçamentário? No dia em que Tebet formular a mesma pergunta inconveniente, estará concluída sua participação no governo.

Alckmin não é um ministro comum, mas vice-presidente eleito por partido coligado de Lula. Tem, portanto, pleno direito à voz divergente em todos os temas, da economia à política externa. Sua subserviência perene reflete uma escolha — e uma adição política.

Ninguém escutou do vice uma única palavra de contestação à flexibilização do arcabouço fiscal. Ele ficou calado diante das interferências do Planalto na gestão de preços da Petrobras e permaneceu mudo quando Lula demitiu Jean Paul Prates para subordinar a estatal à dilemista Magda Chambriard. É uma opção por Lula, em detrimento de seus eleitores.

Meias divertidas — de bolinhas, carrinhos ou listras coloridas — tomaram o lugar da crítica ao apoio de Lula à guerra imperial russa na Ucrânia ou ao paralelo abjeto que traçou entre a guerra de Israel em Gaza e o Holocausto. Mas, sobretudo, o vice perdeu a ocasião de se reunir com a oposição venezuelana para marcar uma nítida posição por eleições livres no país vizinho.

Quando Lula nomeou o ministro da Saúde, Paulo Pimenta, como autoridade federal no Rio Grande do Sul, cabia a Alckmin apresentar seu nome, explicando que a catástrofe não é um problema de "comunicação" — ou uma oportunidade eleitoral. Ele, porém, preferiu Brasília. Sua vocação, como a de Marina e Tebet, é decorativa.

## PRETO ZEZE



### Desradicalizar é necessário

O cenário social e político brasileiro está radicalizado, com disputas nas ruas e nas redes sociais entre narrativas que refletem conveniências políticas e ideológicas. No meio disso, existe uma crise social sem precedentes, herança de uma sociedade baseada em escravidão, destruição de ecossistemas e submissão de povos originários.

A fatura chega a áreas urbanas superlotadas, onde mais de 20 milhões de brasileiros vivem em favelas, enfrentando adversidades sociais, insegurança e falta de direitos básicos. Estive no Rio Grande do Sul, observando de perto a realidade e o trabalho da sociedade civil na tragédia. Agentes públicos como policiais e bombeiros, que perderam suas casas, estão alojados em casas de parentes e trabalhando desde o primeiro dia, quando as águas invadiram o estado. A situação é preocupante.

Água bate à nossa porta e agora precisamos pensar no mundo que deixaremos às próximas gerações. Em meio ao caos, agentes públicos se esforçam para responder ao desespero de milhares de pessoas. Organizações e lideranças públicas se mobilizam para ter acesso a doações e distribuí-las rapidamente. Diferentemente da pandemia de Covid-19, em que a logística era

controlável, a crise ambiental torna-se insustentável. Estamos constantemente mudando de lugar, contando com voluntários, estabelecendo novas rotas e criando espaços de acolhimento, principalmente para crianças, idosos, mulheres e animais de estimação. A radicalização e a insatisfação popular com os gestores públicos se unem à produção maciça de informações falsas, agravando o caos. Isso impacta a vida real.

Vi bombeiros hostilizados e policiais acusados de impedir ações públicas diante de uma população desesperada, que cria soluções imediatas em meio às enchentes. Agora que o impacto inicial da tragédia diminuiu, as doações também diminuem, surgem doenças, e contabilizam-se prejuízos.

Nesta fase "pés na lama", aumentamos os pedidos para que o país se una em torno de ajudar a quem mais precisa. Concluo dizendo que precisamos encontrar um lugar na política onde todos possam ser ouvidos, fazer um pacto com informações baseadas em evidências e fatos e construir agendas públicas de interesse comum, respeitando as diferenças, mas mantendo o foco na coletividade.

Anatureza não pactua; a água invade todos os lugares, levando o medo: ou mudamos radicalmente nossa relação com o planeta, produzindo relações justas entre seres humanos e natureza, ou seremos banidos como espécie.

## ARTIGO

### Justiça do Rio precisa ser mais ágil

ANA TEREZA BASILIO



Diz o ditado popular que "a justiça tarda, mas não falha". Será? Uma decisão judicial definitiva, proferida muito tempo após o início de um processo, pode ser considerada justa? A celeridade processual é um dos temas mais debatidos entre os operadores do Direito no Brasil. É tão relevante que foi incorporada ao texto da Constituição, por meio da emenda 45/2004, que, em seu inciso I, XXVIII, estabelece: "A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação".

No Brasil, o tempo médio entre a abertura de um processo e a primeira baixa é de dois anos e oito meses, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O período mais longo é observado na Justiça Estadual, de quase três anos (1.084 dias), e o menor fica com a Justiça Militar Estadual, 333 dias em média. Os prazos variam de acordo com ramo, tribunal, grau e natureza dos processos, e alguns podem até ser considerados razoáveis, mas os meios para garantir a celeridade são mesmo adotados?

No caso do Rio de Janeiro, a resposta é: não é suficiente. A Comissão da Celeridade Processual, da Seccional da Ordem dos Advogados

do Brasil (OAB-RJ), vem fazendo diligências em fóruns de todo o estado, especialmente no Poder Judiciário estadual. O que temos constatado é carência de servidores e estagiários, falta de vagas titulares, acúmulo de grande quantidade de processos, falta de controle da produtividade de serventuários, principalmente os que trabalham remotamente, processos não digitalizados e sem movimentação há mais de 200 dias, entre outros problemas de gestão que contribuem para a morosidade na prestação dos serviços.

Os dados disponíveis do CNJ mostram que o Rio de Janeiro ocupa a penúltima posição no ranking de prazo entre o início de um processo e primeira baixa. São, em média, 1.439 dias, ou quase quatro anos, à frente apenas de São Paulo, que registra 1.710 dias. Mesmo diante dessa situação, o Tribunal de Justiça (TJRJ) decidiu, recentemente, não prorrogar o prazo de validade de seu último concurso público, tirando a esperança dos aprovados no preenchimento das vagas e de quem precisa do sistema judiciário em ter um serviço mais eficiente. Nos cartórios de muitas comarcas, verificamos médias superiores a mil processos para cada serventuário. No âmbito da Justiça estadual do

Rio de Janeiro, a pior situação ocorre no primeiro grau de jurisdição, quando o tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa é de aproximadamente cinco anos e 11 meses (2.155 dias).

Além de ser a segunda mais morosa do país, a Justiça estadual fluminense também aparece entre as que custam mais caro. No indicador de despesa por habitante, o Rio está em primeiro lugar na Região Sudeste e na sétima colocação, considerando todos os estados da Federação, com R\$ 417. São Paulo, o estado mais populoso, fica em 17º lugar, com uma despesa por habitante 28% menor que a do RJ, de R\$ 299.

Evidentemente, o que a advocacia defende, e de que a sociedade precisa, é efetividade, de uma prestação jurisdicional eficiente, sem prejuízo da qualidade das decisões ou comprometimento da segurança jurídica. E, para ser efetiva, a justiça precisa se dar em tempo oportuno, com prazos razoáveis. Aprimoramento da gestão, recursos humanos, financeiros, uso de tecnologia, inteligência artificial e até medidas legislativas. Todos os meios devem ser usados e reavaliados constantemente para que a busca pela celeridade processual seja permanente. Caso contrário, teremos uma justiça que falha por não fazer o suficiente para não tardar...

Ana Tereza Basilio é vice-presidente da OAB-RJ

